

**“LITERATURA DE VIAGEM”: OLHARES SOBRE O BRASIL NOS REGISTROS DOS VIAJANTES ESTRANGEIROS<sup>1</sup>****Magda SARAT\***

**Resumo:** O objetivo deste artigo é refletir acerca de aspectos da educação, da civilidade, dos comportamentos, do cotidiano e dos costumes da vida brasileira no século XIX, valendo-se da literatura de viagem, uma documentação produzida com relatos de estrangeiros que estiveram no país e registraram suas impressões em diferentes materiais. A investigação pretendeu discutir o modo como a viagem passou a ser percebida na Europa a partir do século XV e como os relatos dos viajantes se transformaram num arcabouço documental que permite, feitas as devidas ressalvas, construir um olhar sobre o Brasil do período. Para tanto, os registros aqui utilizados se caracterizam como uma fonte secundária, por se tratar de uma documentação produzida, analisada e publicada por pesquisadores da temática que ajudaram a compor um panorama que se exprime a partir do olhar do viajante estrangeiro.

**Palavras-chave:** “Literatura de viagem”. Educação. Estrangeiros.

**“TRAVEL LITERATURE”: VIEWS ABOUT BRAZIL FROM THE RECORDS OF FOREIGN TRAVELERS**

**Abstract:** The aim of this paper is to reflect upon aspects of education, civility, behaviour, everyday life and the daily habits of Brazilian life during the 19th century as portrayed in contemporary Travel Literature, documentation produced from the narratives of foreigners, who had been to Brazil and recorded their impressions using different media. The investigation intends to discuss how this travelogue gained notice in Europe, and how the travelers' records became a documentary framework that constructed an overview of Brazil during this period, with some reservations. Thus the records examined in this study are considered a secondary source since they were produced, analyzed and published by researchers in this area, who helped to compose an overview expressed from the perspective of the foreign traveler.

**Keywords:** “Travel literature”. Education. Foreigners.

---

\* Professora Adjunta - Faculdade de Educação - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados/MS - Rodovia Dourados-Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 533, CEP: 79804-070, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: [magdaoliveira@ufgd.edu.br](mailto:magdaoliveira@ufgd.edu.br).

## A história das viagens...

A história das viagens começa a ser contada a partir do momento em que os europeus se lançam em busca de “novos mundos”, tendo como ponto de partida os portos europeus, aproximadamente no século XV. Nesse período, as grandes navegações inauguram, de forma mais agressiva e mais constante, uma cruzada por descobertas de outros territórios, movidas por diferentes interesses, principalmente os de caráter expansionista e econômico.

Nesse período o “*orbis christianus*”<sup>2</sup>, ou visão teológica, que grassa pela Europa medieval, fala de um “novo mundo”, que não poderia ser outro além da esfera religiosa, ou seja, o “Paraíso Terreal” – local de onde todos os homens haviam sido expulsos e para onde ansiavam retornar um dia –, visão que acabava influenciando a formação de uma concepção fantástica de mundo, concepção que marcaria rotas, itinerários, mapas e ilustrações que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, sugeriam uma paisagem edênica do mundo e a reafirmação do que esse autor chama de “mito edênico”<sup>3</sup>. Essa visão de mundo, aliada à percepção cristã, termina por propagar entre as pessoas concepções fantásticas da cultura e da natureza, ocasionando no imaginário social do período a existência de concepções quase sempre ligadas às metáforas e mitos dos textos cristãos.

A busca desse “novo mundo”, na qual se lança a Europa por razões de ordem política, econômica, cultural e expansionista, visava ao aumento de territórios e a novos mercados comerciais, mas estava profundamente mediada por um sentimento religioso, que podia ser percebido com frequência nas figuras que surgiam ilustrando mapas e itinerários da época. Tais materiais permitem pensar que esse sentimento, possivelmente, “correspondesse a um sentir geral, porventura nascido de tradições anteriores e ou alheias à própria difusão do cristianismo” (HOLANDA, 1969, p.19).

Esta percepção de mundo influenciava os descobridores, navegadores, cartógrafos, geógrafos, historiadores, poetas e viajantes durante a Idade Média, empurrando-os para a busca do “Paraíso”, personificado geograficamente por algumas das regiões do chamado “novo mundo” – regiões essas caracterizadas pela América recém-descoberta da e pelas partes inexploradas do Oriente, como a Índia e a África.

Afirma Sérgio Buarque de Holanda, que Colombo parece ter sido um exemplo de viajante e navegador, crente na possibilidade de encontrar o “Paraíso”. Nos registros do navegador genovês, atestava-se mesmo a realidade física do “Éden”, precisamente na ocasião da chegada às Novas Índias, para onde o guiaram “as mãos da Providência”. Era lá que se situava a orla do “Paraíso Terreal”, no seu entender. No entanto, tais concepções parecem não fazer parte da visão do viajante Marco Polo<sup>4</sup>, por exemplo, que nega o “Paraíso”, mas que em seus relatos e registros apresenta elementos fantásticos nas

descrições, contando de lugares com “jardins rodeados de figuras monstruosas que nada ficavam a dever a cinocéfalos e caudatos”<sup>5</sup> (HOLANDA, 1969, p.18).

Qualquer que seja o caso, essas descrições das terras visitadas impressionam e criam concepções sobre outros povos e culturas, que vão perdurar pela Europa por séculos e influenciar o pensamento acerca da relação que se estabelecerá, posteriormente, entre “povos civilizados” e “povos primitivos”. Com relação à viagem ao Brasil, Sérgio Buarque de Holanda, orientado por registros e pesquisas de historiadores portugueses, dirá que os navegadores lusitanos não acreditavam na visão edênica nem no encontro com o “paraíso” na Terra, sendo provável que, nesse aspecto, os portugueses tenham se diferenciado dos outros navegadores e tenham contribuído muito para o avanço das descobertas do período:

[...] as ideias geográficas acerca da África começaram a ruir subitamente com a passagem do Equador, e com este rasgo audaz nossos pilotos articulam, ao mesmo tempo, os primeiros desmentidos à ciência oficial e aos prejuízos comumente admitidos. A inabitabilidade da zona tórrida, certas ideias sobre as dimensões da Terra, o ‘sítio do orbe’, as imaginadas proporções das massas líquida e sólida de nosso planeta, os horríveis monstros antropológicos e zoológicos, as lendas de ilhas fantásticas e de terrenos inibitórios – tudo isso que obscurecia o entendimento e entorpecia a ação, foi destruído pelos nossos pilotos com o soberano vigor de fatos indisputáveis. (CARVALHO *apud* HOLANDA, 1969, p. 11-12).

O provável ceticismo português, em oposição à visão mística que se propaga na Europa, pode ter sido uma das razões pelas quais os lusitanos teriam obtido sucesso em seus empreendimentos ultramarinos e conquistado as terras da América, lançando bases para a colonização de uma porção do novo continente que, nos livros de viagem, ficou durante muito tempo sem registro. Tais discussões podem ser apontadas ao longo da obra clássica *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Hollanda (1969)<sup>6</sup>, que apresenta relatos de viajantes no intuito de compreender a presença dos europeus na construção e propagação dos mitos sobre as novas terras descobertas.

Contudo, no caso português, ainda que de alguma forma o sucesso das suas viagens seja atribuído ao distanciamento da visão mítica, alguns relatos se contrapõem a esse ceticismo. O próprio Sérgio Buarque apresenta autores portugueses que revelam em seus registros concepções místicas valorizando a aproximação com a natureza por seu caráter exótico e exuberante. Em algumas cartas do Período Colonial é possível encontrar textos que diziam: “... se houvesse paraíso na terra, eu diria que agora o havia no Brasil [...] quanto ao de dentro e de fora, não pode viver senão no Brasil, quem quiser viver no paraíso terreal. Ao menos eu sou dessa opinião. E quem não quiser crer venha-o experimentar” (RUI PEREIRA *apud* HOLANDA, 1969, p. XXI).

Estas considerações iniciais pretendem dar pistas para compreendermos em que contexto as viagens se iniciam e como se constrói a percepção ou o olhar sobre o Brasil valendo-se da experiência de estrangeiros viajantes. Assim, passado o momento inicial de rompimento com a visão mítica e medieval, e com base no domínio das técnicas de navegação, do melhoramento das condições das viagens e da possibilidade de ir e voltar ao “novo mundo”, o conceito de viagem transforma-se ao longo dos séculos. Viajantes, pelas mais diferentes razões, passam a se aventurar, e com isso são produzidos volumes cada vez maiores de registros, responsáveis por uma documentação mais rica e pela difusão de imagens que retratam os períodos e as características das terras visitadas.

### **As características da documentação: “literatura de viagem”**

A viagem propriamente dita e a produção de documentos que a mesma favorece passam por mudanças e por um período de grande valorização. Entre as mudanças mais significativas destacamos três aspectos: a difusão dos registros, possibilitada pela “popularização” da imprensa na Europa e iniciada pela chamada “Revolução de Gutenberg no século XV” (CHARTIER, 1999); a viagem como “princípio educativo” e parte da formação do “homem burguês”, a partir do século XVI, indicada por Montaigne (HOFF, 1993); e a viagem como “método pedagógico” sugerido por Rousseau, em sua obra *Emílio*, no século XVIII. Tais elementos contribuem para uma valorização da viagem e passam a influenciar as chamadas “viagens de estudo” às novas terras, que foram destaque, especialmente, durante todo o século XIX. Além destes, obviamente, havia os motivos de ordem comercial e a ampliação de uma política expansionista empreendida pela Europa no chamado novo mundo.

A *literatura de viagem*, no Brasil, utilizada neste trabalho, representa uma fonte documental vasta que se constitui de registros de viajantes, produzidos a partir do século XVI<sup>7</sup>. Atualmente, esses documentos vêm sendo utilizados como fonte para pesquisa e objeto de discussão entre muitos pesquisadores. Entre eles, cabe destacar os autores que fomentaram a discussão proposta neste artigo, apontando que foram utilizados como fontes secundárias os textos de Beluzzo (1996); França (2000); Leite (1996); Lisboa (2000); Mott (1972); Malkin (1999); Manthorne (1996); Queiróz (1984); Schwarcz (1998); Seixo (1996); Sússekind (1996); Stols (1996); Ritzkat (2000) e Ostetto (1992). Vale salientar, também, que, para acesso às fontes primárias, “os livros de viajantes”, foram utilizadas as pesquisas feitas pela professora Míriam Moreira Leite de algumas edições originais. Essa pesquisadora publicou um levantamento em vários títulos desde a década de 80 (1984, 1997, 1997a, 2001), por isso a bibliografia se caracteriza prioritariamente até meados dos anos 90.

Uma boa parte da documentação original pesquisada por Moreira Leite (1984 e 1997) indica que essa documentação está composta por uma constelação de autores e obras, escritas estas por pessoas das mais diferentes nacionalidades e profissões. É possível perceber que as razões pelas quais as viagens foram empreendidas influenciaram de forma significativa no tipo de registro produzido. As pesquisas indicam que as obras foram escritas com base em registros e anotações feitos em diários durante a estada ou a passagem do estrangeiro pelo Brasil. Percebe-se, também, nessa produção, uma diversidade de gêneros literários: são cartas particulares enviadas a conterrâneos, parentes ou amigos, ou são romances, histórias infantis, poesias, memórias, álbuns de desenho, guias comerciais e científicos, entre outros.

Os conteúdos dos textos têm caráter e linguagem diferenciada, de acordo com os motivos da viagem, com a formação do viajante e com os remetentes para os quais eles eram endereçados. Alguns foram editados muito tempo depois da viagem, outros foram escritos tomando-se por base anotações de outrem, o que permite uma diversidade de interpretações. Outros são textos de caráter público ou oficial, endereçados a governos, tais como relatos diplomáticos e relatórios de expedições destinados aos órgãos de financiamento, ou foram escritos para serem publicados em jornais e revistas.

Há, também, os registros de caráter privado, como as cartas que a princípio foram escritas para amigos, parentes e conterrâneos, isto é, sem a intenção de serem publicadas, e as cartas que foram escritas com o intuito de serem públicas, endereçando-se a entidades, pessoas e locais públicos.

A respeito disto, temos alguns exemplos. Pode-se dizer que as cartas de Ina Von Binzer (maio de 1881), enviadas a uma amiga e conterrânea, tinham conteúdo privado e só foram publicadas posteriormente. Conforme o que pode ser lido no prefácio dos editores, quase não existem referências sobre a autora. Sabe-se que Ina von Binzer usava um pseudônimo de Ulla von Eck, ao escrever suas cartas a uma pessoa que chamava, às vezes, de Grete ou de Margarida. Essas cartas apresentavam conteúdo minucioso e pouco elogioso ao cotidiano brasileiro, em que Binzer expunha a privacidade dos lugares por onde ela passou.

Seu conteúdo se diferencia daquele dos registros feitos por Martha Watts (maio de 1881), que também escreveu cartas, mas, para serem publicadas num jornal norte-americano, veiculado pela Sociedade Missionária, que financiava sua viagem e seus projetos. Eram cartas contando sobre o cotidiano, mas que conclamavam os fiéis e seus leitores a ajudar no trabalho missionário aqui desenvolvido. Essas cartas foram compiladas e publicadas num livro intitulado *Evangelizar e civilizar* organizado pela pesquisadora Zuleika Mesquida (vide a bibliografia deste trabalho).

Nesse contexto, é possível perceber que um aspecto que perpassa todos os tipos de registros está associado à espontaneidade ou à formalidade com que cada material era produzido, bem como à intencionalidade e ao endereçamento que marcava os textos. Miriam Moreira Leite (1984, p. 22) informa que “o esmiuçamento do gênero literário reforça e amplia o valor dos textos, mas também aponta algumas de suas limitações”.

A literatura indica que os registros foram produzidos sem critérios rígidos de organização, pois, à medida que as situações iam acontecendo, os viajantes, ávidos por não perder detalhes, iam descrevendo. Numa de suas passagens, D. Kidder descreve essa preocupação: “Certa ocasião pedimos desculpas a D. Gertrudes por tomarmos algumas notas em sua presença, explicando-lhe que tínhamos visto tanta coisa interessante naquele dia que desejávamos fixar algumas impressões pessoais” (KIDDER, 2001, p. 209).

Outra característica, segundo Moreira Leite (1984; 1997), que influencia o teor dos registros é a formação do viajante, e a lista de profissões era extensa. Entre eles estavam professores, governantas, pastores protestantes, missionários, cientistas, representantes diplomáticos, oficiais da marinha, advogados, comerciantes, soldados, artistas, artesãos, naturalistas, mercenários, aventureiros, etc. A profissão exercida por cada viajante caracterizou um tipo de envolvimento com a população nativa e, conseqüentemente, um tipo de registro.

Porém, de todas as profissões, a que oferece maiores possibilidades de se verificar os aspectos da vida doméstica no Brasil é a dos educadores ou, mais precisamente, a das governantas ou preceptoras, que eram “moças instruídas, que se propuseram a ganhar a vida, enfrentando a solidão de um mundo estranho e hostil e tentando transmitir às crianças brasileiras a educação européia que tinham recebido” (MOREIRA LEITE, 1997a, p. 20).

Entretanto, a utilização desta vasta documentação também aponta limitações, e entre elas dois aspectos são enfatizados. Em primeiro lugar, há generalizações feitas nos registros sobre a vida cotidiana das pessoas, as quais certamente não viviam nas mesmas condições que os observadores, e foram observadas por outras que também vinham de diferentes experiências de vida, de trabalho e contextos, divergentes dos estrangeiros. Em segundo lugar, os aspectos que limitam estão associados aos motivos e às intenções pelas quais a viagem foi empreendida. Tais fatores estão intimamente ligados à percepção do observador sobre o espaço observado em determinados períodos.

Quanto às generalizações, o fato é que estão presentes e são apontadas pelos pesquisadores como uma das limitações dos documentos. Por outro lado, tais limitações não retiram o valor da utilização dos registros e podem ser compreendidas como um dos elementos de análise, mesmo porque o aspecto da generalização aparece até nos relatos de alguns viajantes, como uma preocupação que eles também tiveram.

Assim, é possível encontrar nos registros a visão de uma sociedade estratificada e com diferenças entre os grupos. D. Kidder e J. Fletcher apontam num de seus textos que “há diferentes classes sociais no Brasil, como em qualquer outro país, a descrição de uma não pode servir para as outras” (KIDDER, FLETCHER, 1941, p. 180). O fato de conviver com diferentes grupos da população, ligados à intencionalidade da viagem, passa a ser um elemento importante para que não se tomem a vida cotidiana e as condições de alguns como sendo a de todos os brasileiros do período.

Essa percepção leva os limites da documentação a se tornarem uma preocupação não somente de quem produziu os registros, mas de quem está trabalhando com essa fonte material. Em alguns textos, foram encontrados exemplos de generalização explícita e não percebida pelo viajante, quando se diz: “Os pais brasileiros vivem com suas crianças ao redor e as estragam a mais não poder. Uma criança brasileira é pior que um mosquito tonto. No Brasil não existem crianças no sentido inglês” (R. E. EDGE CUMBE *apud* MOREIRA LEITE, 1997, p. 37).

Outro exemplo dessa generalização diz respeito às mulheres. Quando o capitão James Cook passou pelo Rio, no ano de 1768, escreveu: “As mulheres das colônias espanhola e portuguesa da América meridional concedem seus favores mais facilmente do que aquelas dos países civilizados. No Rio de Janeiro, algumas pessoas chegam a afirmar que na cidade não há uma única mulher honesta” (*apud* FRANÇA, 2000, p. 12).

Em contrapartida a esses relatos, existem viajantes que se negam a tirar conclusões apressadas, baseadas somente em alguns fragmentos de observação, e reconhecem que um aspecto não representa toda a população, os costumes, os comportamentos ou o modo de vida do país. Um exemplo é o registro de Ida Pfeiffer, que em 1846 escreveu: “Não conheço suficientemente os hábitos e costumes do Brasil para me permitir um julgamento preciso, e sou obrigada a me limitar a alguns informes” (*apud* MOREIRA LEITE, 1997a, p. 54). É provável que uma grande maioria dos viajantes não chegou a conhecer a vida íntima dos habitantes e se viu limitada pelo grupo de convivência ou pelo motivo da viagem:

[...] o caráter social da percepção e dos julgamentos faz com que o observador tenha uma percepção seletiva e uma interpretação globalizante, a partir de suas expectativas culturais e da atenção, das necessidades e das emoções individuais. Se bem que possam nem sequer ter parâmetros para formular uma percepção nova em sua experiência, como foi o caso de Leithold, que descreveu a banana como uma espécie de figo, freqüentemente os viajantes perceberam claramente indivíduos e fatos isolados. Estes se lhes apresentavam com a nitidez do incomum. (MOREIRA LEITE, 1997a, p. 46).

Ainda como uma limitação do documento, a intencionalidade da viagem pode ser apontada como uma das características restritivas, na medida em que determinava os

objetivos da viagem, indicava os locais a serem visitados, indicava o grupo de convivência de que o viajante deveria participar e quais as observações que seriam feitas, além da própria direção dessas observações. Todos esses elementos eram limitados pela intenção do viajante.

Contudo, ainda que alguns problemas indiquem as limitações de utilizar tal material como fonte, acredita-se nas possibilidades que o mesmo oferece, ou seja, o registro de uma realidade observada pelo olhar ‘de fora’, do ‘outsider’, daquele que veio, viu e contou à sua maneira, com acréscimos ou sonegações que é preciso “ler nas entrelinhas”. Acredita-se, assim, ser um material composto de sinais, pistas e indícios que propiciam múltiplas leituras ou olhares acerca da vida e da história das pessoas que viveram no país no século XIX. Ou, como aponta Ginzburg (2002, p. 144), “é necessário olhar os pormenores mais negligenciáveis”.

Assim, se a sociedade de indivíduos (ELIAS, 1994) é eminentemente uma sociedade marcada pela diversidade de grupos, opiniões, conflitos e contradições, considera-se interessante a possibilidade de se buscar a própria interpretação das histórias. A partir de agora, é preciso trabalhar com a percepção ou o olhar do estrangeiro, considerando os registros apresentados em seus aspectos gerais e específicos.

### **O olhar sobre o Brasil e os brasileiros nos registros da “*literatura de viagem*”**

O olhar de uma pessoa sobre determinada realidade quase sempre expressa sua formação, suas concepções, conceitos e preconceitos a respeito daquilo que ela observa e das opiniões que emite. Esse olhar incorre, não somente em alguns aspectos da formação do indivíduo, como pode estar comprometido com um posicionamento, que por diversas razões as pessoas acabam por externar. Sendo assim, diante de situações novas, Norbert Elias ensina que:

Quando se julgam pessoas de outros períodos ou sociedades, há a tendência para começar com os valores que são importantes no tempo de quem julga, selecionando-se fatos relevantes à luz desses valores. Essa abordagem impede o acesso ao contexto especial das pessoas que se procura entender. (ELIAS apud CASEY, 1992, p.13).

Concordando com Elias, ainda que algumas características levem a desconfiar das fontes e das percepções que elas revelam, é bom recorrer aos contextos em que elas foram produzidas. Nesse sentido, ao travar conhecimento com os registros dos viajantes sobre o Brasil, desde o século XVI até o XIX, à primeira vista, pode-se julgá-los preconceituosos, generalizantes, discriminatórios e parciais. Entretanto, um olhar mais atento, evitando as



intromissões de um sentimento nacionalista de defesa do próprio território e aproximando-se do contexto em que os textos foram produzidos, possibilita avaliar as concepções que foram construídas até então, buscando, assim, pistas para compreender as ocorrências do período.

A utilização dos registros como contribuição dos viajantes é, sem dúvida, um reconhecimento da possibilidade de entender uma história que pode ter sido escrita por eles, mas que diz respeito a nós e que pode permitir novas aproximações com a nossa história. Se, por um lado, “essas obras só podem dar a ver um Brasil pensado por outros”, por outro lado, “o olhar dos viajantes espelha, também, a condição de nos vermos pelos olhos deles” (BELLUZZO, 1996, p.10).

Nesse sentido, a representação daquele que “está de fora” é um recurso ao olhar que o outro representa sobre uma realidade, pois “aquele que não é do lugar, que acabou de chegar, é capaz de ver aquilo que os que lá estão não podem mais perceber. Ele é capaz de olhar as coisas como se fosse pela primeira vez e de viver histórias originais. [...] O estrangeiro toma tudo como mitologia, como emblema” (PEIXOTO, 1988, p. 363).

Nesse contexto, o cotidiano é duplamente interessante, pois, se por um lado, nele se vislumbra a possibilidade de entender a vida das pessoas, que estão a todo momento estabelecendo e construindo relações na sociedade, por outro lado, ele esmaga a expectativa da novidade, da surpresa, da percepção da diversidade e dos detalhes que só quem está de fora, às vezes, é capaz de ver.

A percepção do estrangeiro, com esse olhar distanciado, capta a novidade, o surpreendente, aquilo que já não faz parte do dia a dia, pois foi transformando tudo em natural e corriqueiro. Assim “o óbvio, para o habitante, pressupõe no viajante um ato de espanto e interrogação” (MOREIRA LEITE, 1997a, p. 28). Contudo, o olhar que atribui significado ao óbvio é também de estranhamento e tem característica ambígua, pois o estranhamento, ao mesmo tempo que provoca uma reação de afastamento, também provoca fascínio diante de uma realidade diferente, que é observada de acordo com as concepções e interesses dos indivíduos e que passa a ser registrada à luz de suas experiências.

No entanto, em alguns momentos, essa perspectiva se coloca também como autocrítica do próprio viajante, pois, por só estar de passagem, muitas vezes, ele talvez não se sentisse à vontade para tecer determinados comentários sobre o país. Um dos exemplos é o de Ina Von Binzer (1991, p.128), quando escreve: “Realmente estou sendo ingrata, pois todos são muito gentis comigo e o país é lindo como um conto de fadas; mas não posso modificar-me e não me sai da cabeça uma canção: é muito belo um país estranho – mas nunca se tornará uma pátria”. Entretanto, algumas imagens marcam a concepção estrangeira sobre o Brasil e “na sua origem, as imagens elaboradas pelos viajantes

participam da construção da identidade européia. Apontam modos como as culturas se olham e olham as outras, como estabelecem igualdades e desigualdades, como imaginam semelhanças e diferenças, como conformam o mesmo e o outro” (BELLUZZO, 1996, p.10).

Dessa forma, os estrangeiros, principalmente os ligados à identidade europeia, vão reagir valendo-se das percepções que têm sobre suas origens. Tais concepções acabam por criar estereótipos sobre o território brasileiro, atribuindo características selvagens, primitivas e *descivilizadas* ao país. Muitos registros podem ser classificados do seguinte modo: ora expressam valorização da Europa como berço da civilidade, em contraste com o primitivismo a que estavam entregues os outros povos, envolvidos em práticas de canibalismo e superstições de toda sorte; ora instigam a difusão de uma visão paradisíaca e exuberante do espaço natural e geográfico, com descrições de uma natureza pródiga e diversa; ora acusam a presença da indolência, do ócio e da selvageria nas relações sociais como resultado da miscigenação; ora defendem a necessidade de um processo civilizador que transformasse o território e permitisse melhores condições de ocupação.

Tais ideias são recorrentes em textos de viagem, e os registros acabam por divulgar imagens sobre o Brasil que ainda hoje são discutidas e aparecem em textos de pesquisadores estrangeiros, europeus e norte-americanos, tais como os de Levi-Strauss (1996), Stols (1996), Manthorne (1996), Seixo (1996), entre outros.

Quanto ao primeiro aspecto, a valorização e a percepção da Europa civilizada frente a um Brasil selvagem aparece em diversos registros. O viajante se posiciona como o civilizado, olhando para um povo atrasado, especialmente em momentos que exigem o enfrentamento de dificuldades. Assim, é possível evocar diversos relatos que confirmam essa premissa. Os viajantes bávaros Spix e Martius registram que “a selvageria americana, ao menos na capital, fora removida pela influência da civilização e cultura da velha e educada Europa” (*apud* LISBOA, 2000, p. 271).

Algumas barreiras ajudavam a compor essa visão limitante da percepção do estrangeiro, sendo uma delas a língua. Não dominar o idioma falado pela população local muitas vezes dificultava o contato e uma aproximação maior entre os nativos e os estrangeiros, somando-se isto às barreiras das diferenças culturais, religiosas, econômicas, e aos interesses que moviam cada viajante. Tudo contribuía para determinar um perfil do que poderia ser observado e o modo de observação. Portanto, como assinalou Queiroz (1984, p. 180), “as diferenças de idioma, de etnia, de nível sócio-econômico, concorriam para dificultar os contatos e a compreensão, por eles, dos comportamentos dos brasileiros”.

A caracterização do local como primitivo e habitado por selvagens estava presente – diante de dificuldades mínimas enfrentadas na convivência cotidiana – em questões como dormir, comer, transportar-se de um lugar para outro, obter uma informação, adquirir um objeto. Só isso, às vezes, era motivo para que os estrangeiros destacassem e enfatizassem

com certa má vontade a precariedade da vida no país e emitissem suas opiniões nos registros, exaltando as excelências do seu país de origem.

Um exemplo dessa crítica às atitudes da vida doméstica é a descrição, numa das cartas de Ina Von Binzer, de um almoço para o qual a autora havia sido convidada. Na carta, ela começa a descrever o encontro, tecendo críticas que vão desde o momento da chegada, com o hábito dos cumprimentos, e depois discorrendo sobre os móveis, sobre um hábito de espantar as moscas do jantar com bandeirolas feitas de jornal, até finalmente chegar ao serviço de mesa. Conforme seu texto descreve:

Cada um de nós começou a servir a comida da qual se encarregara, porque aqui não se passam as travessas, mas coloca-se tudo ao mesmo tempo sobre a mesa, para ser oferecido e servido pela pessoa que se encontra diante do prato, mesmo que seja um dos convidados. [...] Essa maneira de comer, já por si é horrivelmente enervante, mais os papeluchos ciciantes, o estalar enérgico das bandeirolas, a rumorosa conversa, cheia de gestos, dos brasileiros, a correria dos pretos, tudo agia de forma alucinante sobre meus nervos alemães, abalados pela claridade ofuscante das salas sem cortinas. (BINZER, 1991, p. 24).

É possível compreender a irritação de Ina, se for levado em conta as experiências vivenciadas no seu país de origem, e a presença da diferença e da diversidade nos costumes, nos hábitos, no clima, nos modos de comportar-se e nos padrões de comportamento do país de recepção, o Brasil. Sua crítica nos parece infundada, pois aparentemente ela não considera tal diversidade social, cultural, geográfica e mesmo climática, que leva as relações estabelecidas e a organização da sociedade a causarem tal estranhamento, nesse sentido o óbvio é a diferença que separa as duas experiências vividas por esta estrangeira.

Outro aspecto interessante é que, com a vinda da família real em 1808, a cidade do Rio de Janeiro acabou se organizando de forma diferente das outras regiões do país, até mesmo pelo número maior de estrangeiros que recebeu. Chegou a ter colônias de estrangeiros que acabavam por se agrupar em bairros, como os ingleses, franceses, alemães, etc. Além disso, o Rio de Janeiro se tornou porta de entrada de todos que chegavam e acabava sendo a primeira experiência registrada pelos viajantes antes de empreenderem suas viagens ao interior do país. Alguns registros consideram mesmo a vinda da família real como o início de um processo civilizador para a Colônia.

Nesse contexto, de valorização da Europa, alguns registros atribuem aos colonizadores o domínio das terras descobertas, o qual seria garantido pela sua civilização, isto é, pela posse de técnicas e de um conhecimento que lhes conferia capacidade superior à de outras nações. Esse conceito de sua própria capacidade está presente, também, na iconografia produzida no período (século XV ao XVII).

Nesse caso, algumas pinturas contêm representações da América e da Europa, destacando a América como uma índia primitiva, a Europa como a imperatriz e os demais continentes como súditos. Num texto escrito em cartas de jogar, de Stefano Della Bella, a definição da Europa se dava como sendo “a menor, porém a mais importante das quatro partes do mundo, por sua fertilidade, valor, civilização, ciência, notoriedade e diversidade dos seus habitantes, e por ser a sede da Cristandade” (LEITE, 1996, p.45).

A autoimagem do europeu, aliada à crença na sua “vocação civilizatória”, faz parte da formação dos estrangeiros, e os registros vão destacar essa ideia. No caso dos preceptores e governantas, sua missão era trazer a civilidade e as mudanças de comportamento por meio da educação e ensinar às crianças da nação os princípios de uma educação civilizadora, que, segundo eles, já estava consolidada em seus países. Assim, pode-se dizer que, nos textos de Ina Von Binzer, se reitera, segundo Lisboa,

[...] a crença na vocação civilizatória do europeu nas ex-colônias, devolvendo-lhe o papel de fundador e formador da sociedade. É notório como alguns autores atribuirão ao imigrante a incumbência pedagógica de moralizar essa sociedade tida como corrupta e decaída, em todos os sentidos. (LISBOA, 2000, p. 293).

Num segundo aspecto, os registros acabam por criar estereótipos que dizem respeito à propagação de uma visão edênica e paradisíaca, calcada na valorização da natureza, pela sua exuberância, seu aspecto exótico, sua diversidade de espécies, suas plantas, animais e climas. Essa tendência acaba sendo ampliada e levada pelos naturalistas que, estimulados e inspirados pela tradição iluminista de Alexandre von Humboldt (1789-1859), empreendem as viagens de estudo, patrocinadas por diversas sociedades científicas que planejavam compreender o mundo, por meio do exame das formas de vida e de suas relações com as condições físicas, e, para isso, teriam que se embrenhar no interior dos continentes, com o intuito de recolher material para observação e análise, visando aos progressos da geografia e das ciências físicas (MOREIRA LEITE, 1997a).

Entretanto, a essa visão do continente americano como o lugar de uma beleza exótica se soma a certeza da “selvageria” dos seus habitantes. Na Europa, a visão do Brasil passa a ser associada à de um território de palmeiras, bananeiras, serpentes, além de índios antropófagos que “circulavam pelas ruas”. O professor belga Eddy Stols, num texto sobre iconografia do Brasil produzida nos Países Baixos do século XVI ao século XX, destaca que, além da produção iconográfica ser reduzida nos Países Baixos, a propagação da imagem do brasileiro como selvagem aparece em publicações diversas: “[...] os livros de costumes contêm alguns desenhos de selvagens brasileiros, desenhos de plantas e animais” (STOLS, 1996, p. 26).

As imagens geralmente valorizam e enaltecem a natureza, além de confundir os tipos étnicos. Assim, índios, negros e mestiços são representados nas mesmas ilustrações com características parecidas, como se todos fizessem parte do mesmo grupo. Essa iconografia, segundo o autor, dá margem “à florescência dos estereótipos das palmeiras, das bananas e das serpentes” (STOLS, 1996, p. 26).

E, finalmente, destacando um texto mais recente, da primeira metade do século XX (meados de 1935), acerca de sua experiência pessoal, o etnólogo Lévi-Strauss, quando foi convidado a vir ao Brasil para trabalhar na Universidade de São Paulo, que se formava naquele período, relata, em *Tristes trópicos*:

O Brasil e a América do Sul não significavam muito para mim. Entretanto, ainda revejo, com a maior nitidez, as imagens que logo evocou essa proposta inesperada. Os países exóticos apareciam-se como o oposto dos nossos, em meu pensamento o termo *antípodas* adquiria um sentido mais rico e mais ingênuo do que o conteúdo literal. Muito me surpreenderia se me dissessem que uma espécie animal ou vegetal podia ter o mesmo aspecto nos dois lados do globo. [...] O Brasil esboçava-se em minha imaginação como feixes de palmeiras torneadas, ocultando arquiteturas estranhas, tudo isso banhado num cheiro de defumador [...]. (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 45).

Pode-se, pois, desconfiar de que os registros produzidos por viajantes em determinados períodos, aliados à autoimagem que o europeu tinha de si, contribuíram para criar esses mitos, que ainda hoje estão em discussão e vêm se tornando cada vez mais objeto de investigações feitas por inúmeros pesquisadores.

Um terceiro aspecto a abordar são os estereótipos atribuídos aos habitantes nativos. A princípio, as indicações dos registros revelam o estranhamento causado pelos primeiros contatos com os nativos, ao perceberem que os americanos eram homens e mulheres com as mesmas características das pessoas encontradas na Europa. Essa descoberta parece ser esclarecida, com certo “alívio”, inclusive, na descrição feita por Colombo, que diz: “Não encontrei os monstros humanos que muitas pessoas esperavam que eu encontrasse. Pelo contrário, toda a população é bem feita de corpo. Não são negros como na Guiné, e seu cabelo é liso” (*apud* LEITE, 1996 p. 34).

Tal constatação pode ter sido inspirada na visão medieval e fantástica que fazia parte do imaginário dos primeiros navegadores. Entretanto, ainda que os europeus reconhecessem as semelhanças físicas entre os povos, o que vai ser longamente criticado pelos registros são as características do comportamento, hábitos e costumes dos nativos, principalmente, nas descrições e registros do século XIX, que já denunciavam a mistura racial – que caracteriza os brasileiros – como uma das responsáveis pela indolência, sujeira, crueldade e lascívia, para se falar somente de alguns “defeitos”, que se poderia dizer que seriam impressões distorcidas da realidade contada nos relatos.

Assim, ao descrever o Brasil, diversos estrangeiros começam, nos primeiros relatos, a criticar a forma de colonização realizada pelos portugueses. Percebe-se que, na Europa, há certo ressentimento quanto à política de sigilo português, que proibiu a visitação nas novas terras por estrangeiros. Tal sentimento será responsável pela propagação de uma imagem do português da colônia como sendo “preguiçoso, cruel e libertino, eis três dos qualificativos mais utilizados pelos viajantes estrangeiros quando se trata de descrever os portugueses aclimatados nos trópicos” (FRANÇA, 2000, p. 11)

Muitos relatos, quando se referem à população nativa local, destacam o caráter primitivo, brutal e retrógrado do povo, em comparação com a Europa civilizada. Inclusive, o uso desse adjetivo “civilizado” é recorrente nos textos para definir o europeu. O viajante francês M. de la Flotte, em 1757, se referindo aos portugueses da Colônia, assinala:

Eu não quero confundir esses colonos que se encontram no Rio de Janeiro com seus compatriotas que, vivendo sob os olhos do Príncipe, respeitam as leis. Na Europa, a vida civil e a vida política formam uma cadeia imensa e indissolúvel; para além de suas fronteiras, porém, essa cadeia perde sua consistência em razão da distância, da mistura de povos e da impunidade de infratores. Dito isto, não deve causar espanto a afirmação de que a corrupção é quase generalizada entre os habitantes do Brasil. O orgulho, a superstição, o ciúme, a preguiça e o deboche são levados a extremo por esse colonos. (*apud* FRANÇA, 2000, p. 12).

A imagem retratada nos primeiros registros continua se reproduzindo, não somente acerca do português da colônia, mas condenando a miscigenação com outros grupos étnicos, como os índios e negros. Ainda assim, os registros apontam para as diferenças de grupos familiares e condenam a miscigenação entre as raças. Num registro de Ina von Binzer, ao escrever sobre as relações de compadrio que eram frequentes, a autora se refere a um batizado que presenciou na fazenda, destacando sua surpresa diante da cor das crianças, que certamente eram mestiças:

Então, uma após outra, vieram as mães pretas com seus rebentos mais novos, todo muito bem vestidos e enfeitados com fitas de diversas cores [...] aliás, por falar em cor, fiquei espantada dessas crianças serem de pele tão pouco escura, quase branca mesmo – Eles vão ficar pretos – disseram-me com um sorriso de desprezo, em parte relativo aos pretos e em parte à minha ignorância, só a planta dos pés e das mãos continuarão claras. (BINZER, 1991 p. 35).

A crítica ao modo de vida dos brasileiros com relação ao ócio é perceptível de forma mais acentuada em viajantes de formação protestante, como é o caso da própria Ina Von Binzer, e também de Daniel Kidder, de James C. Fletcher e de Martha Watts, todos protestantes. Quando Binzer descreve o início da cerimônia de batismo, na mesma carta,

remete ao seu sentimento diante daquela cerimônia: “Tudo isso parecia tão estranho a minha alma evangélica.” E ainda na mesma carta faz referência ao comportamento do brasileiro frente ao trabalho que era realizado nas fazendas, dizendo: “Todo trabalho é realizado pelos pretos, toda riqueza é adquirida por mãos negras, porque o brasileiro não trabalha, e quando é pobre prefere viver como parasita em casa de parentes e de amigos ricos, em vez de procurar ocupação honesta” (BINZER, 1991 p. 35).

Já Martha Watts, nos primeiros registros que envia para os Estados Unidos, procura tranquilizar os seus conterrâneos com relação a alguns dos costumes do povo da terra quanto à habitação e à alimentação. A esse respeito destaca-se o registro em que começa escrevendo: “Eu lhe contarei, para tranquilizar alguns dos nossos amigos, que não comemos ‘carne crua’ [...] nossos apetites se acomodam rapidamente à comida do país”. Depois, continua descrevendo a alimentação e, na mesma carta, faz referência às habitações e ao comportamento nos negócios. Entretanto, toma cuidado para não incorrer em generalizações, pois reconhece que “ainda não posso escrever muito sobre o povo, pois ainda não os conheço muito bem enquanto povo. Dizem que suas casas são sujas, assim como suas relações nos negócios, mas não temos testemunhado nada disso” (WATTS *apud* MESQUITA, 2001, p. 24).

No entanto, são inúmeros os textos nos quais pode-se perceber a crítica à colonização portuguesa e à sua herança, presente no modo como o brasileiro se relaciona e se comporta no cotidiano. Além disso, escreve-se sobre a forma como se relacionam com as crianças, sobre a dificuldade das crianças com a disciplina e fazem-se críticas, dizendo que os brasileiros

[...] são afetivos e dóceis, embora impacientes e apaixonados, dotados de inteligência, embora extremamente preguiçosos e incapazes de prolongada atenção. Rapidamente adquirem uma tintura de conhecimentos: o francês e o italiano são fáceis para eles, por serem línguas irmãs da portuguesa. A música, o canto e a dança adaptam-se bem aos seus temperamentos volúveis. (KIDDER & FLETCHER, 1941, p. 181).

Finalmente, um quarto e último aspecto dos registros é o fato de os estrangeiros apontarem para a necessidade de trazer ao Brasil uma civilização que, segundo eles, estava presente na Europa desde os séculos anteriores. A crença nessa vocação civilizatória é percebida em diversos relatos de viagem. Tomar-se-á alguns para referendar essa hipótese. D. Kidder, ao descrever uma visita que fez a um conde francês, que morava numa fazenda próxima ao Rio de Janeiro, relata a precariedade do local, que ele contrapõe à distinção do comportamento e à recepção oferecida pelo conde europeu, e descreve:

Fechando-se os olhos e ouvindo-se o francês melífluo em que fala, com sotaque vibrante, tem-se a impressão de que se está no mais requintado salão parisiense. Olhando-se, porém, ao redor e atentando-se à rusticidade do ambiente em que se desenrola a cena, volta-se de novo aos arraiais de uma vida semi-civilizada. (KIDDER, 2001, p.145).

Como intervenção nessa vida “semicivilizada”, segundo os relatos de estrangeiros, algumas providências precisariam ser tomadas para diminuir a distância entre os diferentes padrões de comportamento. Quanto a isso, a documentação permite desconfiar de que entre tais medidas deveria haver uma intervenção na educação e também na religião, propondo mudanças de costumes e abandono de algumas tradições, consideradas “primitivas” pelos viajantes.

A questão religiosa é alvo de ataques, e os estrangeiros, especialmente os protestantes, acreditavam que o país precisaria se libertar da religião ignorante e supersticiosa representada pela presença da Igreja Católica, além dos ritos oriundos da miscigenação com as culturas africanas. Os registros não cansam de acusar a religião como um entrave ao processo de civilização, já que a religião também estaria aliada à política e, conseqüentemente, à educação. Além disso, esses elementos poderiam auxiliar na formação dos indivíduos e esta seria uma forma de controlar a miscigenação a que estavam entregues os brasileiros na convivência com outros povos. Naturalmente que, entre as grandes questões políticas, sociais e econômicas da época, figurava o estímulo à abolição dos escravos e à abertura do país à imigração. Está última apareceria, evidentemente, também como possibilidade de “branqueamento da população”.

A abertura do país e o estímulo à imigração previam perspectivas de estreitar as relações comerciais e o aumento de novos mercados, que também estavam entre os objetivos de muitos viajantes, especialmente os representantes políticos e os comerciantes. Essas e outras teorias, como as da “superioridade racial”, a “eugenia” e o movimento de “higienização” que se desenvolvem no século XIX, são objeto de estudo e pesquisa por parte de vários estudiosos, mas que não estão em discussão neste trabalho.

No entanto, vale destacar o trabalho de uma pesquisadora norte-americana, Katherine Manthorne, que, escrevendo sobre a imagem do Brasil para o público norte-americano no século XIX, enfatiza dois aspectos fortes e presentes nos registros. Entre eles estaria a preocupação com a ocupação populacional de algumas regiões do norte do país, como a Amazônia, e a crítica à religião católica e à escravidão. Segundo a autora, o interesse pelo Brasil cresce muito após 1840, quando muitos viajantes registram e publicam suas viagens.

Um dos pioneiros foi Daniel Kidder, que em 1845 publicou seu primeiro livro, *O Brasil e os brasileiros*, com informações sobre o país. Para demonstrar isso, Manthorne se remete



a textos do período, citando como exemplo Matthew Fontaine Maury, que em 1853 propõe a abertura da Amazônia:

Por essas e outras razões de importação a livre navegação do Amazonas e a ocupação do seu vale se transformam em tema de sério interesse para os [Estados Unidos]. Por isso, cabe-nos tomar a iniciativa de abrir o comércio e a navegação daquele rio para o mundo. A política de comércio o requer e as necessidades do mundo cristão o demandam. (MANTHORNE, 1996, p.66).

Estes textos informavam a população norte-americana sobre a sociedade e as condições do Brasil, enfocando duas questões centrais: a “crítica à escravidão e ao poder do clero católico”, bem como a imagem de “uma nação rica em recursos naturais, uma terra de povo não educado com um líder esclarecido, capaz de ajudar seu povo a realizar seu potencial” (MANTHORNE, 1996, p. 68). O líder a que o texto se refere é o imperador D. Pedro II, frequentador dos círculos europeus e das exposições internacionais. Após 1876, a imagem do Brasil, num texto publicado pelo jornal *The Nation*, por ocasião da Feira Internacional na Filadélfia, elogia o imperador D. Pedro II pelo seu interesse científico, e declara o Brasil como “um país de extensão quase sem limites, de grande fertilidade natural do solo, e todas as variedades de clima que a agricultura e o reflorestamento podem desejar, necessita apenas de desenvolvimento qualificado para inserir-se nos mercados do mundo civilizado” (MANTHORNE, 1996, p. 70).

A percepção de uma nação em pleno desenvolvimento, aos olhos dos norte-americanos, não compactuava com uma religiosidade que se considerava atrasada e supersticiosa. Segundo os registros, somente o combate à religiosidade traria avanço ao país. D. Kidder é um exemplo, quando escreve que “a formação da grandeza nacional dependia do combate ao vício, a ignorância, superstição e intolerância, cuja arma seria a piedade e o poder do saber. O que mais o Brasil precisava era de evangelizadores piedosos” (KIDDER *apud* LISBOA, 2000, p. 290).

Em seus registros, Thomas Ewbank chegou mesmo ao extremo de afirmar que “o catolicismo era o que impedia o progresso do país e, em geral, da América do Sul. Não bastariam ‘evangelizadores piedosos’ para se alcançar algum esclarecimento entre a população, mas sim de reformadores a exemplo de Lutero ou Fenelon” (*apud* LISBOA, 2000, p. 290, 291). Ainda nessa concepção de mudança religiosa, nos registros de Martha Watts também é possível se depreender a ideia de uma necessidade civilizatória, que seria arrostada por meio da religião e do conhecimento da “palavra de Deus”. Numa de suas cartas ela escreve:

Suas cerimônias repletas de idolatria e sua quase total indiferença à observância do domingo são os grandes males evidentes a todos [...]. De

qualquer forma, não acho que todas as pessoas más do mundo estejam no Brasil, e à medida que for me inteirando poderei contar sobre suas virtudes. Eles são infelizes, de qualquer forma, por terem um Estado que tornou-se extremamente corrupto nas mãos de seus líderes. [...] Deus garantirá que vivamos na plenitude de sua luz, que eles também receberão de nós! (WATTS *apud* MESQUITA, 2001, p. 24-25).

Tais mudanças, segundo os registros, poderiam também ser garantidas mediante a educação e a fundação de colégios. Assim, na mesma carta, Martha Watts escreve: “Abriremos nossa escola assim que pudermos encontrar uma casa com tamanho suficiente. Existem alguns homens aqui que estavam ansiosos para colocar seus filhos na escola e estão nos encorajando a começar” (WATTS *apud* MESQUITA, 2001, p. 27).

Nesse contexto, a compreensão do que acontecia no país, tomando-se por base este olhar estrangeiro, é muito interessante, pois, parte de observações feitas no cotidiano, parte das próprias concepções estrangeiras sobre o mundo e as pessoas, e parte, também, da formação de cada viajante, dos motivos pelos quais empreenderam suas viagens, mas precisam ser lidas e compreendidas no contexto em que foram produzidas.

Assim, ao refletir sobre as perspectivas que formam o imaginário europeu sobre os povos colonizados nas novas terras descobertas, é possível perceber que tais fatores se ligam às razões apresentadas ao longo deste texto, ou seja, tais representações são fundadas numa valorização da Europa pelos próprios europeus, entendida como o berço da civilidade, em detrimento dos demais povos e culturas, tomados como bárbaros e primitivos. Além da difusão de imagens que apresentam as novas terras como lugares exuberantes, paradisíacos, exóticos, mas com uma natureza selvagem que precisaria ser dominada, é interessante perceber que a discussão do domínio tecnológico sobre o ambiente natural remonta já desses períodos mais antigos, dada à necessidade de ampliação das terras colonizáveis e dos espaços de produção dos recursos para atender as demandas populacionais.

Outro aspecto que aparece nos relatos e vai imprimindo uma visão da supremacia europeia sobre os demais povos refere-se à organização social e aos processos de miscigenação, apontados, de forma crítica, como uma possibilidade nociva na formação dos grupos sociais. Nesse aspecto, verifica-se uma perspectiva de eugenia, no que se refere aos males que seriam atribuídos à mistura entre brancos, negros e índios que formavam a sociedade brasileira do período, considerando pequena a parcela de europeus brancos em relação ao número de índios e negros que chegaram – sem esquecer que este estudo se refere aos relatos dos séculos XVIII e XIX, quando a organização social brasileira ainda é marcada pela escravidão e formada por uma diversidade étnica e cultural que é regra em todo o país.

E, por fim, um aspecto muito presente refere-se ao processo e ao “dom” de civilização que o europeu atribui à sua cultura e que pretende repassar aos outros povos por meio da educação e, quiçá, da religião, se forem considerados os relatos de professoras, pastores, clérigos, preceptoras, governantas, pessoas que vieram trabalhar nos espaços domésticos e públicos da educação das crianças brasileiras.

Nos relatos dos viajantes, é possível perceber as concepções de que a sua religião e o seu processo educativo são melhores, mais avançados, logo, mais eficientes. Nesse sentido observa-se, no período, uma profusão de abertura de escolas, internatos e instituições fundadas por religiosos de diferentes denominações confessionais e por professores estrangeiros em todas as capitais e no interior do país. Além do grande número de preceptores e preceptoras estrangeiros que trabalham em casas de famílias e fazendas, apontando o que a pesquisadora Míriam Moreira Leite (1984) chama de “colonização doméstica”, o fato é que foi grande o número de preceptoras e governantas europeias que atuaram no Brasil em finais do século XIX e início do XX.

Sobre a mesma questão, a pesquisa aponta que essas mulheres se lançavam em busca de emprego e traziam na bagagem a intenção de transmitir às crianças brasileiras os valores de uma educação recebida no seu país de origem, geralmente Alemanha, França ou Inglaterra, entre outros (RITZAK, 2000). Cabe lembrar, ainda, que mesmo a literatura brasileira explora a temática em romances clássicos, como o conhecido *Amar, verbo intransitivo* (1927), de Mário de Andrade, no qual a personagem central é uma governanta alemã e que tem como enredo o processo educativo de um menino em casa de família. Ou seja, a percepção da educação estrangeira está presente no período e fomenta a concepção de sua qualidade pedagógica.

Finalmente, é importante destacar que, a despeito de muitas percepções sobre o Brasil, apontadas pela documentação no século XIX, percebe-se que foi sendo difundida e construída uma imagem sobre o país que se fundou em mitos e estereótipos. Em muitos aspectos, as representações apresentam, ainda hoje, um caráter preconceituoso, sem atentar para a diversidade e a diferença presentes nos grupos sociais. Entretanto, é importante lembrar que este é um olhar “do outro”, que precisa ser compreendido com base nas percepções concebidas e mediadas pela experiência individual daquele que observou e registrou suas impressões. A documentação aponta as divergências e convergências desse olhar, que permite ver o Brasil na perspectiva do *outsider*, do recém-chegado, que embora vá apreendendo o lugar, o ambiente, o cotidiano, estará sempre mediado pela sua experiência e pela sua formação. Embora tal aspecto precise ser apontado, é importante ressaltar que o objetivo foi destacar o valor da documentação, no sentido de dar visibilidade a um determinado período histórico e, desse modo, contribuir com a nossa própria percepção da história.

Recebido em 20/8/2011

Aprovado em 17/10/2011

## NOTAS

<sup>1</sup> Este trabalho é um recorte da minha tese de doutorado intitulada “Histórias de Estrangeiros no Brasil: infância, memória e educação”, defendida no Programa da UNIMEP Piracicaba/SP, sob a orientação do Prof. Dr. Ademir Gebara (cf. referências).

<sup>2</sup> Expressão encontrada no texto “Educação jesuítica no Brasil Colonial”, de autoria do professor José Maria de Paiva, utilizada para definir “a cultura reinante, expressão da visão do mundo que o *orbis christianus*, o cristianismo encerrava”. PAIVA, J. M. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, E. M., FARIA FILHO, L. M., & VEIGA, C. G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2000. p. 43-59).

<sup>3</sup> O edênico relativo a Adão, seria a necessidade de retornar as origens do homem criado por Deus, que vivia placidamente em um paraíso longe das dificuldades e das tormentas do mundo vivido pela Europa medieval.

<sup>4</sup> Certamente, o relato de Marco Polo tem sido contestado pelos historiadores, que inclusive não conseguiram provar a existência real desse autor, mas é fato que seu livro demonstra, conforme o quis Buarque de Holanda, um modo de ver e de pensar que devia estar em voga na época.

<sup>5</sup> Cinocéfalos, gênero de macacos de cabeça semelhante à do cão. Caudatos, animais metazoários, cordados, vertebrados, anfíbios de cauda persistente, corpo sem cabeça; tronco e cauda distintos.

<sup>6</sup> Publicada, originalmente, em 1958.

<sup>7</sup> As referências da *Literatura de viagem* deste trabalho partem da documentação produzida a partir do século XIV, embora haja vestígios e pesquisas que indiquem sua aparição em períodos precedentes.

## REFERÊNCIAS

BELUZZO, A. M. *A propósito d'o Brasil dos viajantes*. USP/Coordenadoria de Comunicação Social. Universidade de São Paulo. Número 30. ISSN 0103-9989, Junho/Julho/Agosto, SP: USP, 1996.

BINZER, I. V. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Trad. Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 135p.

CASEY, James. *A História da família*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1992.

CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora da UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999.

ELIAS, N. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994. 220 p.

FRANÇA, J. M. C. Imagens do Brasil nas relações de viagem dos séculos XVII e XVIII. *Revista Brasileira de Educação*. ANPED (ASSOCIAÇÃO Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). Número 15. ISSN 1413-2478, Set/out/nov/dez/ 2000.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 281 p.

HOFF, S. A viagem e o teatro: princípios educativos em Montaigne? *Revista Apontamentos da Universidade Estadual do Paraná/UEM*. Número 20. ISSN: 0103-8885. Out. 1993.

HOLLANDA, S. B. *Visão do paraíso*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. 356 p.

KIDDER & FLETCHER (1845). *O Brasil e os brasileiros*. Trad. de Elias Dolianti. São Paulo: Ed. Nacional, 1941, 2 vol. 410 p.

\_\_\_\_\_. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001 (Coleção o Brasil visto por estrangeiros). 321 p.

LEITE, J.R.T. *Viajantes do imaginário: a América vista da Europa, século XV-XVII*. USP / Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. Número 30. ISSN 0103-9989, Junho/Julho/Agosto, SP: USP, 1996.

LÉVI-STRAUSS. C. *Tristes trópicos*. Trad. de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LISBOA, K.M. Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX. In: MOTA, C.G. (Org.). *Viagem incompleta*. São Paulo: Editora Senac, 2000. p. 68-88.

MALKIN. R. Do viajante de outrora ao “novo” turista. *O Correio da Unesco*. Set/Out de 1999, p. 24-25.

MANTHORNE, K. E. *O imaginário brasileiro para o público norte-americano do século XIX*. Revista da USP / Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. Número 30. ISSN 0103-9989, Junho/Julho/Agosto, SP: USP, 1996.

MESQUITA, Z. (Org.). *Evangelizar e civilizar: Cartas de Martha Watts, 1881-1908*. Piracicaba: Editora Unimep, 2001. 297 p.

MOREIRA LEITE, M. *A condição feminina no Rio de Janeiro século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. 263 p.

\_\_\_\_\_. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem In: FREITAS, M. C. (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 17-50.

\_\_\_\_\_. *Livros de viagem: 1803-1900*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997a. 268 p.

\_\_\_\_\_. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001 (Texto & Arte, 9).

MOTT, M. L. A criança escrava na literatura de viagem. *Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, nº 31, p. 57-67, dez. 1972.

OSTETTO, L. E. *Imagens da infância no Brasil: crianças e infantes no Rio de Janeiro Imperial*. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 1992. 197 p.

PEIXOTO, N. B. O olhar estrangeiro. In: NOVAES, A et al. *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 361-366.

QUEIRÓZ, M. I. P. Viajantes, século XIX: negras escravas e livres no Rio de Janeiro. In: MOREIRA LEITE, M. *A condição feminina no Rio de Janeiro século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: HUCITEC; BRASÍLIA: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. p. 175-206.

RITZKAT, M. G. B. Preceptoras alemãs no Brasil. In: LOPES, E. M., FARIA FILHO, L.M., & VEIGA, C. G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2000. p. 269-290.

ROUSSEAU, J. J. *Émile ou de l'éducation*. Paris: Editions Garnier Frères, 1961.

SARAT, Magda. *História de Estrangeiros no Brasil: infância, memória e educação*. Tese de doutorado defendida no PPG da Universidade Metodista de Piracicaba/UNIMEP. Piracicaba, São Paulo, 1999. 305 p.

SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca dos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 663 p.

SEIXO, M. A. *Entre cultura e natureza: ambigüidades do olhar dos viajantes*. USP /Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. Número 30. ISSN 0103-9989, Junho/Julho/Agosto, SP: USP, 1996.

STOLS, E. *A iconografia do Brasil nos países baixos do século XVI ao século XX: uma tentativa de avaliação global*. USP / Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. Número 30. ISSN 0103-9989, Junho/Julho/Agosto, SP: USP, 1996.

SÜSSEKIND, F. *Palavra loucas, orelhas moucas: os relatos de viagem dos românticos brasileiros*. USP / Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. Número 30. ISSN 0103-9989, Junho/Julho/Agosto, SP: USP, 1996.